

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Juventude, escola e direitos: qual a relação com a felicidade pública?

Michelle de Moraes Ferraz

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13228>

Submetido em: 2025-09-07

Postado em: 2025-09-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

JUVENTUDE, ESCOLA E DIREITOS: QUAL A RELAÇÃO COM FELICIDADE PÚBLICA?

PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

AUTOR/A 1, Michelle de Moraes Ferraz.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4474-9254>

<michelledemoraesferraz@gmail.com>

PUC-Rio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Esta pesquisa investiga as relações entre juventude, cidadania, cultura cívica e felicidade pública a partir de um estudo longitudinal (2004–2023) com estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas de três regiões do Rio de Janeiro, utilizando métodos quantitativos e qualitativos. A escola foi escolhida como espaço central de observação por ser, ao mesmo tempo, território simbólico e concreto. O objetivo principal foi compreender como as desigualdades sociais e educacionais moldam a percepção desses jovens acerca dos conceitos que dão título a pesquisa. O referencial teórico dialoga com a sociologia clássica e contemporânea, integrando contribuições do sociólogo Ruut Veenhoven e quatro critérios do *World Happiness Report*: apoio social, liberdade para fazer escolhas, generosidade e percepção sobre corrupção, articulados aos debates sobre cidadania e cultura cívica. Os resultados mostram que para os jovens, de ambas as redes de ensino, O apoio social é percebido como circunscrito ao núcleo íntimo de familiares e amigos expressam cautela em relação à confiança, tanto nas relações pessoais quanto na avaliação das instituições. A liberdade de escolha revela-se atravessada por desigualdades estruturais que limitam o acesso ao ensino superior e restringem horizontes de vida., enquanto a generosidade, vinculada a ações coletivas e comunitárias, depende de condições materiais e incentivos sociais mais amplos. Em síntese, a pesquisa evidencia que a felicidade pública, para esses jovens, é construída de forma ambivalente: ao mesmo tempo em que se apoia em laços de proximidade e solidariedade, encontra-se marcada por inseguranças e pelas barreiras impostas pela desigualdade social.

Palavras-chave: Juventudes; escola; direitos de cidadania; cultura cívica; felicidade pública.

YOUTH, SCHOOL AND RIGHTS: HOW DO THEY RELATE TO PUBLIC HAPPINESS?

ABSTRACT: This research investigates the relationships between youth, citizenship, civic culture, and public happiness through a longitudinal study (2004–2023) with high school students from public and private schools in three regions of Rio de Janeiro, using both quantitative and qualitative methods. The school was chosen as the central site of observation because it is, at the same time, a symbolic and concrete territory. The main objective was to understand how social and educational inequalities shape these young people's perceptions of the concepts that give the research its title. The theoretical framework engages with both classical and contemporary sociology, integrating contributions from sociologist Ruut Veenhoven and four criteria from the *World Happiness Report*: social support, freedom to make choices, generosity, and perceptions of corruption, articulated with debates on citizenship and civic culture.

The results show that for young people from both school networks, social support is perceived as circumscribed to the intimate circle of family and friends, and they express caution regarding trust, both in personal relationships and in their assessment of institutions. Freedom of choice is shown to be deeply constrained by structural inequalities that limit access to higher education and restrict life

opportunities, while generosity, linked to collective and community actions, depends on broader material conditions and social incentives.

In summary, the research demonstrates that public happiness, for these young people, is constructed in an ambivalent way: while it relies on bonds of proximity and solidarity, it is also marked by insecurities and by the barriers imposed by social inequality.

Keywords: Youth, citizenship, civic culture, school, social inequalities.

INTRODUÇÃO

Você é feliz? Saber quantificar sua felicidade de zero a dez? No futuro, acredita que será mais feliz? Essas perguntas, à primeira vista, parecem mais apropriadas a um divã do que a uma pesquisa sociológica. No entanto, a felicidade nem sempre foi confinada ao campo da intimidade individual. Na Antiguidade Clássica, ela era um tema diretamente articulado à política e à participação na esfera pública. Hannah Arendt (2018) lembra que, quando os pais fundadores dos Estados Unidos escreveram na Declaração de Independência a expressão “busca pela felicidade”, não se referiam ao bem-estar privado, mas à alegria de estar juntos, de ouvir e ser ouvido no espaço comum.

Para Arendt, essa concepção remete à experiência da *ação* que floresce no exercício da liberdade partilhada. Nesse sentido, a alegria política nasce do aparecer em público, do agir e do falar com outros em condições de igualdade.

Tocqueville, ao observar a experiência norte-americana, também mostra como a alegria de participar da vida pública só se torna possível porque se enraíza nos *moeurs*. Foram os costumes, as práticas religiosas, o hábito de se reunir em associações e de agir coletivamente que permitiram aos cidadãos dos Estados Unidos cultivar uma forma de felicidade vinculada à liberdade política. Embora Tocqueville não tenha se dedicado a analisar a questão da felicidade especificamente, sua análise da vida associativa e do espírito público permite compreender como a experiência democrática engendra sentimentos de pertencimento, de vitalidade cívica e de realização coletiva que podem ser associados à ideia de felicidade pública.

Desse modo, podemos interpretar que, tanto Tocqueville quanto Hannah Arendt ressaltam que a vida política não é simples abstração, mas se enraíza nos costumes, na prática associativa e na ação conjunta. Além disso, ambos advertem ainda para o risco de que o retraimento da vida pública conduza ao individualismo e à apatia cívica.

A tradição utilitarista, por sua vez, redimensiona a felicidade em termos mais objetivos e mensuráveis. Jeremy Bentham inaugura uma ética consequencialista fundada no princípio da utilidade,

cujos critérios centrais são a maximização do prazer e a minimização da dor. A felicidade torna-se, assim, parâmetro para orientar ações individuais e decisões políticas. Entretanto, o cálculo quantitativo proposto por Bentham recebeu críticas por relativizar direitos individuais em nome do bem-estar da maioria. John Stuart Mill reformulou esse quadro ao introduzir distinções qualitativas entre os prazeres e ao afirmar que a liberdade e a dignidade são condições indispensáveis para a realização de uma felicidade mais elevada. Para Mill, não basta o contentamento imediato: a verdadeira felicidade floresce em sociedades que respeitam a autonomia individual e promovem o progresso moral. Dessa forma, o utilitarismo milliano se aproxima de uma ética pública mais complexa, na qual liberdade individual e bem-estar coletivo se tornam mutuamente dependentes.

Já em Max Weber, a questão da felicidade não aparece como categoria central, mas pode ser interpretada à luz de sua análise da modernidade como processo de racionalização crescente. Esse processo desloca o sentido da vida do espaço público para a esfera privada, transformando-o em experiência subjetiva e individualizada. A ética protestante, ao enfatizar disciplina e responsabilidade individual, contribuiu indiretamente para essa transformação ao forjar um *ethos* que, secularizado, sustentou o desenvolvimento do capitalismo moderno. O desencantamento do mundo dissolveu antigas referências coletivas que davam sentido à existência, enquanto a ciência se revelou incapaz de responder a questões últimas. Nesse contexto, o trabalho deixou de ser vocação espiritual, a razão instrumental passou a dominar a vida social e os indivíduos se viram aprisionados na ‘jaula de ferro’ da eficiência, regida pelo cálculo e pela utilidade. Assim, a felicidade pública, antes associada à virtude cívica e ao bem comum, pode ser vista como esvaziada, substituída por uma busca solitária e ansiosa por bem-estar material. Weber não oferece uma solução para esse dilema, mas explicita a tensão constitutiva da modernidade entre liberdade individual e desorientação moral.

Émile Durkheim, em contrapartida, permite interpretar a felicidade como fenômeno essencialmente coletivo. Ao criticar o utilitarismo, argumenta que a moralidade não pode se fundar no interesse individual, mas deve ser compreendida como fato social, um sistema de normas coercitivas que asseguram a coesão. Em *Da divisão do trabalho social*, observa que a especialização não garante maior felicidade; ao contrário, quando não é equilibrada por uma moral coletiva, pode ampliar desigualdades e fragilizar vínculos sociais, como revelam também as taxas de suicídio. A ideia de ‘felicidade média’, formulada por Durkheim, designa um estado contínuo de bem-estar sustentado por disposições permanentes e pela organização moral da sociedade. Nesse processo, a educação pública desempenha papel central ao promover uma moral laica, racional e autônoma, capaz de restabelecer laços sociais em meio ao desencantamento moderno. A solidariedade é, portanto, indispensável para restaurar o equilíbrio coletivo e para que a felicidade, entendida aqui como interpretação sociológica

da obra durkheimiana, se torne um projeto público possível. Podemos sintetizar esse percurso em três passos para a felicidade em Durkheim: a sociologia como ciência diagnóstica dos males sociais, a moral coletiva que garante a solidariedade e a educação como pilar da coesão social.

Na contemporaneidade, o sociólogo holandês Ruut Veenhoven recoloca a felicidade como objeto legítimo das ciências sociais, ao propor sua mensuração por meio de pesquisa a partir da autoavaliação dos indivíduos. Sua abordagem inspirou a criação do Relatório Mundial da Felicidade, que relaciona bem-estar subjetivo a dimensões concretas da vida social para mensurar a felicidade.

Isso mostra como a teoria culmina em um movimento de revalorização da felicidade como objeto de investigação sociológica, não mais restrita ao plano filosófico ou moral, mas articulada a indicadores empíricos e a comparações internacionais. Ao propor que a felicidade pode ser mensurada a partir de experiências subjetivas e condições objetivas de vida, Veenhoven recoloca no centro do debate um tema que atravessou a tradição sociológica desde os clássicos, permitindo compreendê-lo tanto como experiência individual quanto como projeto público. Desse modo, abre-se a possibilidade de pensar a felicidade não apenas como bem-estar individual, mas como dimensão constitutiva da vida em comum, ligada à cidadania, à cultura cívica e à qualidade das instituições democráticas.

Desse modo, quando um jovem declara ‘não dá pra ser feliz assim’, como escutamos em uma situação cotidiana que, à maneira de C. Wright Mills, nos inspirou a inserir o tema da felicidade na pesquisa, isso revela que sua percepção individual está diretamente atravessada por condições estruturais e coletivas. É a partir dessa perspectiva que buscamos compreender como os jovens percebem a felicidade. Para tanto, estabelecemos uma correlação entre os dados da pesquisa Juventude, Cultura Cívica e Cidadania e as dimensões propostas pelo Relatório Mundial da Felicidade (*World Happiness Report*¹). Essa aproximação metodológica nos permitiu articular experiências subjetivas e indicadores objetivos, mostrando que a felicidade, mais do que um estado íntimo, é uma chave para analisar condições de vida, tais como acesso a direitos, participação na esfera pública e confiança nas instituições, bem como a relação entre expectativas de futuro e possibilidades concretas de realizá-las.

É nesse horizonte que este trabalho se insere. Partindo de uma pesquisa longitudinal e articulando seus resultados a referenciais teóricos diversos e a critérios de mensuração de felicidade

¹ O World Happiness Report é uma publicação anual produzida pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDSN) desde 2012, que avalia o bem-estar subjetivo em escala global a partir de variáveis como PIB per capita, apoio social, expectativa de vida saudável, liberdade para fazer escolhas, generosidade e percepção de corrupção (Helliwell; Layard; Sachs, 2019). Sobre a fundamentação conceitual da mensuração da felicidade, ver Veenhoven, Ruut. *Conditions of Happiness*. Dordrecht: Reidel, 1984; e Idem. *The Study of Life Satisfaction*. In: Saris, W. E. et al. (orgs.). *Comparative Study of Satisfaction with Life in Europe*. Budapest: Eötvös University Press, 1996.

internacionalmente concebidos, buscamos compreender o lugar da felicidade na experiência dos jovens. A categoria de felicidade pública surge, assim, como chave analítica capaz de captar as experiências dos jovens que participaram da pesquisa.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa “Juventude, Cultura Cívica e Cidadania” adota uma perspectiva metodológica que combina dados quantitativos e qualitativos. Com esse desenho buscamos compreender a percepção dos jovens sobre os conceitos cidadania e cultura cívica.

Esse estudo teve início em 2004, no Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, sob a coordenação da professora Angela Paiva. Seu objetivo inicial era compreender como os jovens nascidos após a promulgação da Constituição de 1988, e que, portanto, não vivenciaram a ditadura militar, percebiam temas fundamentais à democracia, como cidadania e cultura cívica.

A escola foi escolhida, a princípio, como um espaço estratégico para alcançar esses jovens. Além de concentrar um grande número de estudantes em um mesmo local, o ambiente escolar oferecia condições práticas favoráveis à pesquisa, como a possibilidade de aplicar dezenas de questionários em um único turno, contando com a infraestrutura básica de salas organizadas, mesas e cadeiras.

A metodologia da pesquisa foi concebida, desde o início, como uma combinação de instrumentos quantitativos e qualitativos, de modo a captar tanto a frequência de certas percepções quanto os significados atribuídos a elas pelos participantes. O principal instrumento quantitativo foi um questionário estruturado, composto por aproximadamente 50 perguntas, majoritariamente objetivas, distribuídas em três blocos temáticos: i) Informações gerais (idade, sexo, local de nascimento, arranjo familiar, entre outros), ii) percepções sobre cidadania e iii) percepções sobre cultura cívica. As perguntas foram elaboradas com o propósito de identificar como os jovens compreendem conceitos centrais para a vida democrática, como direitos, deveres, participação política, confiança nas instituições e pertencimento social.

Os dados qualitativos foram produzidos por meio da realização de grupos focais com os estudantes participantes. Embora o principal objetivo desta etapa fosse criar um espaço de escuta que permitisse aos jovens expressar livremente suas opiniões e experiências relacionadas aos temas da pesquisa, foi elaborado um roteiro com tópicos orientadores. Esse roteiro funcionava como guia para o mediador do grupo focal, assegurando que aspectos centrais da investigação não fossem esquecidos ao longo das conversas, sem restringir a espontaneidade das falas ou limitar a diversidade de sentidos atribuídos pelos participantes.

A seleção das escolas participantes da pesquisa obedeceu a alguns critérios previamente estabelecidos. Inicialmente, optou-se por incluir instituições localizadas em duas regiões da cidade do Rio de Janeiro: Zona Sul e Tijuca. A escolha dessas áreas foi justificada pelo fato de apresentarem Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante próximos, o que permitiria controlar parcialmente esse fator no momento da análise comparativa. No entanto, ao longo da definição do campo empírico, surgiu a hipótese de que, incluir escolas da Barra da Tijuca, poderia enriquecer a investigação, especialmente no que se refere ao perfil dos estudantes das instituições particulares. Naquele contexto, a Barra da Tijuca vivia um processo acelerado de expansão urbana, marcado pela proliferação de condomínios fechados e pela concentração de famílias pertencentes às chamadas classes emergentes². Sua inclusão, portanto, buscou captar possíveis singularidades nas percepções desses jovens, permitindo uma comparação mais ampla entre diferentes contextos sociais dentro da mesma rede de ensino.

Outro critério considerado na definição do campo empírico foi a inclusão de escolas confessionais. A decisão teve como base a hipótese de que os estudantes dessas instituições poderiam apresentar percepções específicas sobre os temas da pesquisa, influenciadas pela formação moral e pelos valores transmitidos no ambiente escolar religioso. Assim, o campo da pesquisa se desenhava com as escolas públicas e particulares tanto laicas quanto confessionais. Após a definição das regiões e dos tipos de escolas, estabeleceu-se que, no caso da rede particular, não seriam incluídas instituições com perfil voltado exclusivamente à preparação para concursos militares ou cursinhos pré-vestibulares. O objetivo era garantir que as escolas (privadas) participantes fossem reconhecidas como instituições tradicionais, com proposta pedagógica consolidada e de prestígio no cenário educacional carioca.

Por fim, definiu-se que os estudantes participantes da pesquisa seriam aqueles matriculados no 2º ano do ensino médio. A escolha do critério considerou aspectos tanto práticos quanto pedagógicos. Os alunos do 1º ano, por estarem em fase inicial de adaptação ao ensino médio, ainda não possuíam a vivência escolar necessária para responder ao questionário com segurança, tampouco o repertório para participar de forma mais aprofundada dos grupos focais. Já os estudantes do 3º ano, às vésperas dos exames vestibulares, poderiam enfrentar restrições impostas pelas coordenações escolares, devido às demandas acadêmicas específicas dessa etapa. Nesse contexto, os alunos do 2º

² Para mais detalhes sobre esse processo de boom imobiliário da Zona Oeste do Rio de Janeiro, sobretudo da Barra da Tijuca, ver RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ano, situados no meio do ciclo do ensino médio, foram considerados os mais adequados para os objetivos da pesquisa.

A pesquisa era realizada em duas visitas as escolas selecionadas. Na primeira visita, aplicávamos os questionários e na segunda visita realizávamos os grupos focais com um número reduzido de alunos selecionados aleatoriamente dentre aqueles que responderam o questionário. O grupo focal durava cerca de 50 minutos e eram transcritos. Os dados quantitativos dos questionários eram tabulados em SPSS.

Entre 2004 e 2009 a pesquisa visitou 24 escolas (7 públicas, 3 particulares, 4 públicas federais), aplicou 1120 questionários e realizou 14 grupos focais. Em 2011 os primeiros resultados foram publicados no livro “Juventude, Cultura cívica e cidadania”.

Em 2018 quando a pesquisa estava prestes a completar 15 anos, retomamos o campo para avaliar as mudanças e permanências nas percepções dos jovens.

Essa segunda etapa da pesquisa manteve os critérios metodológicos adotados na fase original, com a aplicação de questionários e a realização de grupos focais, considerando as mesmas escolas, localizadas nas mesmas regiões do Município do Rio de Janeiro, e os estudantes da mesma série, o 2º ano do Ensino Médio. Contudo, algumas mudanças no cenário educacional, tecnológico e sociopolítico precisavam ser consideradas. Entre elas, destaca-se o contexto dos trinta anos de consolidação democrática no Brasil, ainda marcado por desigualdades persistentes. Além disso, a presença cada vez mais estruturante da internet, especialmente das redes sociais, nas formas contemporâneas de socialização juvenil. Por fim, a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, em vigor desde 2008, que passou a redefinir os espaços de debate e a estimular reflexões políticas no ambiente escolar.

Foi a partir desses problemas advindos do novo contexto histórico e institucional que se ampliou o horizonte da pesquisa, exigindo a reformulação de suas hipóteses. A hipótese de permanência se ancorava justamente na constatação de que, apesar dos avanços institucionais e democráticos, as desigualdades sociais continuavam a moldar de forma contundente as experiências juvenis. Já as hipóteses de mudança estavam relacionadas ao impacto das redes digitais na produção de sentido e ao potencial formativo da Sociologia como componente curricular obrigatório, visto como um espaço possível de ampliação do repertório crítico dos jovens.

O campo da pesquisa foi suspenso em março de 2020 devido a pandemia de Covid-19 que estabeleceu medidas protetivas para a população, tais como o *lockdown* que suspendeu as aulas presenciais nas escolas. Até esse momento, a pesquisa havia visitado 9 escolas (4 públicas e 5 particulares), aplicado 250 questionários e realizado 2 grupos focais.

No contexto pós-pandemia, diante daquilo que C. Wright Mills denominaria como ‘situação cotidiana’, inserimos o conceito de felicidade na pesquisa. A estratégia metodológica adotada consistiu em correlacionar os dados já coletados em campo pela pesquisa Juventude, Cultura Cívica e Cidadania aos critérios de mensuração estabelecidos pelo Relatório Mundial da Felicidade, conforme o quadro a seguir. Além disso, seguindo a abordagem proposta pelo sociólogo Ruut Veenhoven, acrescentamos aos grupos focais perguntas específicas sobre felicidade, de modo a captar tanto a dimensão subjetiva quanto sua articulação com condições objetivas da vida social.

O quadro abaixo explicita a estratégia metodológica de correlação entre as dimensões do Relatório Mundial da Felicidade e as variáveis da pesquisa Juventude, Cultura Cívica e Cidadania. A aproximação não se baseia em equivalências estritas, mas em correspondências conceituais que permitem traduzir indicadores internacionais para o contexto específico da juventude brasileira.

Quadro 1 – Correlação entre variáveis do Relatório Mundial de Felicidade e da pesquisa Juventude, Cultura Cívica e Cidadania.

| Variáveis do Relatório Mundial de Felicidade | Variáveis da pesquisa "Juventude Cultura Cívica e Cidadania" |
|--|---|
| Apoio social | Nível de confiança interpessoal Nível de confiança nas instituições próximas (Família, igreja, escola) |
| Liberdade para fazer escolhas | Expectativa de acesso ao ensino superior e confiança na universidade Critério de escolha profissional Disposição para migrar Motivos para viver em outro país Percepção sobre ser jovem no Brasil |
| Generosidade | Participação em atividades extracurriculares Participação em associações e grupos |
| Percepção de corrupção | Percepção sobre a contribuição das instituições políticas Avaliação da motivação e desempenho dos políticos Percepção sobre a representatividade dos políticos Confiança geral nas instituições |

Assim, o apoio social, mensurado globalmente pela percepção de contar com alguém em momentos de necessidade, foi interpretado a partir do nível de confiança interpessoal e da confiança em instituições próximas, como família, igreja e escola. A liberdade para fazer escolhas, entendida como autonomia individual, foi relacionada a expectativas de futuro, critérios de escolha profissional, disposição para migrar e percepção sobre ser jovem no Brasil. Já a generosidade, medida no plano

internacional por atitudes de cooperação e ajuda, foi associada à participação em atividades extracurriculares e em associações juvenis. Por fim, a percepção de corrupção, central no Relatório Mundial de Felicidade, foi correlacionada às avaliações sobre políticos, representatividade e confiança nas instituições nacionais. Dessa forma, a análise articula experiências subjetivas e condições objetivas, permitindo compreender como os jovens constroem sentidos para a felicidade em relação a direitos, cidadania e cultura cívica no Brasil contemporâneo.

RESULTADOS

Na etapa quantitativa da pesquisa, o critério de apoio social foi analisado a partir de indicadores de confiança interpessoal, familiar, escolar e religiosa.

Os resultados mostram que a confiança interpessoal é marcada pela cautela: cerca de 60% dos jovens afirmam que “é preciso estar sempre com um pé atrás”, o que revela uma percepção generalizada de desconfiança nas relações sociais. Essa postura foi confirmada nos grupos focais, nos quais a confiança aparece restrita ao círculo íntimo de amigos e familiares, sinalizando fragilidade nos vínculos sociais mais amplos, conforme a fala extraída de um grupo focal.

“—Família? Que família? Aquela de casa, né? Mãe, pai e irmã. Nessa eu confio. Agora o resto, não.”
(Estudantes da rede pública de excelência – Zona Sul)

Essa fala de um estudante da rede pública trouxe à tona a questão da fragilidade da confiança. Embora a família ainda seja a instituição em que os jovens mais confiam, observa-se que eles estabelecem critérios dentro do próprio núcleo familiar para diferenciar níveis de confiança. Em diversas falas constatamos esse padrão: os jovens tendem a confiar apenas no núcleo mais íntimo da família, composto por parentes com quem mantêm convivência cotidiana.

Nesse sentido, a família se destaca como a instituição de maior confiança, com aproximadamente 80% dos estudantes declarando “muita confiança” nesse núcleo, embora os dados comparativos com o período de 2004 a 2009 indiquem uma redução significativa em relação ao passado, quando os índices superavam os 90%. Esse deslocamento, acompanhado pelo crescimento da categoria “alguma confiança”, sugere que os laços familiares permanecem sólidos, mas passaram a ser percebidos com maior ambivalência, especialmente diante das tensões relatadas pelos jovens no diálogo com os pais e da distinção feita entre o núcleo doméstico e a família extensa.

A escola ocupa posição intermediária, com níveis de confiança que variam conforme o tipo de rede: 33,6% na pública, 42,2% nas públicas de excelência e 57,1% nas escolas particulares. Embora reconhecida como essencial para a construção de projetos de vida e para a mobilidade social, a

instituição é vista de forma crítica, sobretudo entre estudantes da rede pública, que apontam limitações no enfrentamento de situações como o *bullying* e na preparação para o ensino superior.

Esse sentimento de ambivalência em relação à escola, reconhecida como fundamental mas percebida como falha em oferecer proteção e acolhimento, aparece de forma marcante na fala de uma estudante da rede pública.

“—Eu confio nos meus professores, eu sei que a educação é realmente essencial para qualquer ser humano, ela muda a vida. Só que assim... eu acho que às vezes os professores e a coordenação falham naquele momento de proteger a gente. Se aqui é a nossa segunda casa, a gente imagina que é uma coisa acolhedora, o lugar onde a gente está protegida, onde a gente está bem, e às vezes a escola não oferece isso. Então eu acho que esse é um ponto que a gente deveria refletir e estudar mais. Eu sei que não é fácil para ninguém, às vezes realmente é da pessoa que pratica ali o *bullying*, só que eu acho que os professores e os coordenadores deveriam rever mais essas questões e sempre estar ali. Colocar palestra, colocar alguma coisa, conversar com os alunos, chamar os pais... Só faz alguma coisa! Porque ficar ali sem mover nada, dói demais para a pessoa que está sofrendo *bullying*.” (Aluna – escola pública estadual – Barra da Tijuca).

Outra aluna da mesma instituição reforça a ambivalência que marca a relação com a escola, percebida simultaneamente como espaço de incentivo e de limitação. Sua fala explicita as tensões entre o desejo de projetar-se para o futuro e a sensação de não pertencimento ou de insuficiência. A escola, nesse caso, aparece como instância que estimula conquistas, mas que também alimenta dúvidas profundas sobre o próprio valor e a capacidade de seguir adiante. A estudante diz:

“—Exatamente! E isso é muito difícil. Realmente ela [a escola] é muito boa, mas ao mesmo tempo que te impulsiona ela também te coloca para trás em você mesmo, sabe? Dentro de você. Em questão de você ir para outro lugar, de fazer uma faculdade, às vezes também a escola te coloca para baixo, sabe? Tipo, a minha mente ela consegue me levar para outros lugares, mas o meu sentimento é de ‘eu não posso, não vai ter ninguém que vai me ajudar lá [na escola] também’.” (Aluna – escola pública estadual – Barra da Tijuca)

Essas falas ecoam os achados da pesquisa “Juventude na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?” coordenada por Miriam Abramovay. Segundo a autora, essa coexistência entre crítica e confiança pode ser explicada pela predominância de uma orientação racional-instrumental entre os jovens, voltada para projetos de vida, sejam eles imediatos ou de longo prazo. Assim, mesmo diante de insatisfações, a escola permanece, no imaginário juvenil, como um espaço fundamental para o acesso ao mercado de trabalho, à mobilidade social e à construção de um futuro possível. Como afirma Abramovay:

“Ainda que se tenha crítica às escolas, elas se configuram, no imaginário juvenil, como básicas para se situar na vida, no mercado de trabalho e conseguir alguma mobilidade social, ou seja, com perspectiva de futuro — o que questiona a orientação niilista e reafirma que, nesta geração, vem predominando a perspectiva individual, centrada no ‘eu’, na sua possível história de vida” (ABRAMOVAY, 2013, p. 80).

Essas evidências apontam para uma relação complexa entre esses jovens e a escola, marcada por ambivalências, mas também por expectativas de transformação. A crítica não anula a confiança, e

sim revela uma disposição ativa para repensar o papel da escola na trajetória de vida dos jovens. Nesse sentido, a instituição escolar continua sendo vista como um horizonte de possibilidades, ainda que tensionado pelas limitações da experiência concreta (ABRAMOVAY, 2013).

Essa confiança crítica indica que, mesmo diante de insatisfações, a escola permanece como horizonte de possibilidades, associada à esperança de futuro e ascensão social. Já a igreja apresenta os índices mais baixos de confiança, com apenas 9% dos alunos de escolas particulares, 22,1% das públicas de excelência e 35,3% da rede pública regular declarando “muita confiança”. Os elevados percentuais de “pouca” ou “nenhuma confiança” sugerem que a religião institucionalizada vem perdendo centralidade entre os jovens, embora isso não represente um abandono da religiosidade, mas sim sua reconfiguração em moldes mais plurais e autônomos.

Em síntese, os dados relativos ao apoio social indicam que um dos aspectos centrais da felicidade juvenil está fortemente ancorado nas relações de confiança e pertencimento, sobretudo nos vínculos familiares e escolares, que permanecem como principais referências de suporte. A seletividade observada na distribuição dessa confiança, contudo, revela que nem todas as instituições ocupam o mesmo lugar na rede de apoio dos jovens, evidenciando desigualdades sociais e transformações culturais que afetam a disponibilidade de capital social. Reconhecer a centralidade da família e da escola, assim como os limites que atravessam essas relações, é fundamental para compreender os caminhos pelos quais os jovens constroem sua experiência de felicidade.

Na dimensão ‘liberdade para fazer escolhas’, analisada a partir de variáveis como expectativa de ingresso no ensino superior, confiança na universidade, critérios de escolha profissional, disposição para migrar e percepção de ser jovem no Brasil, os dados revelam um quadro de tensões entre aspirações e limitações estruturais. O desejo de cursar a universidade é amplamente compartilhado entre os jovens, com destaque para os alunos da rede pública de excelência, entre os quais 95% manifestam essa intenção. No entanto, a concretização desse projeto é profundamente desigual, já que o desempenho no ENEM, as barreiras financeiras e a ausência de capital cultural e social (BOURDIEU, 1998) restringem as possibilidades dos estudantes das escolas públicas. Nesse sentido, a ‘liberdade de escolha’ mostra-se menos como autonomia plena e mais como uma liberdade limitada por fatores de classe, raça e gênero, como indicam os dados da PNAD Contínua de 2023, que evidenciam desigualdades persistentes na frequência e conclusão do ensino superior.

A confiança na universidade também apresentou mudanças significativas: entre 2004 e 2009, predominava a categoria ‘muita confiança’, com cerca de 50% dos jovens das três redes de ensino. Nos levantamentos mais recentes (2018–2023), entretanto, a ‘muita confiança’ caiu para cerca de 30% e observou-se um aumento da categoria ‘alguma confiança’, que alcança aproximadamente 40%,

revelando maior cautela dos jovens diante da percepção de que o diploma nem sempre garante inserção profissional.

Nos grupos focais, surgem relatos sobre o dilema entre estudar e trabalhar, o peso das responsabilidades precoces e a desconfiança em relação ao valor prático da formação universitária. Essa percepção dialoga com o conceito de ‘medo de sobrar’, formulado por Regina Novaes (2006), e com a noção de ‘chances de vida’ discutida por Max Weber.

Quanto à escolha profissional, persistem tensões entre desejo e pragmatismo. Embora o gosto pessoal ainda apareça como motivador importante, os jovens da rede pública tendem a priorizar o ‘fazer o que gosto mesmo sem garantir retorno financeiro’ (34,9%), enquanto os das escolas particulares destacam mais a perspectiva de sucesso (30%).

Nesse ponto, o conceito de moratória social, de Margulis e Urresti (1996), é fundamental para compreender as diferenças entre redes. Entre jovens das elites, o apoio material e simbólico das famílias prolonga o tempo da juventude e permite experimentar escolhas com menor pressão imediata; no entanto, essa moratória cobra um preço: ao final, espera-se que a escolha profissional garanta estabilidade e retorno econômico, mesmo que isso limite a autonomia para seguir interesses pessoais. Já entre os jovens das classes populares, a moratória social é praticamente inexistente, pois muitos precisam ingressar cedo no mercado de trabalho e contribuir com a renda doméstica. Essa antecipação da vida adulta reduz drasticamente o leque de opções, tornando a liberdade de escolha um exercício condicionado pela necessidade e pelas restrições materiais.

Outro indicador relevante é a disposição para viver em outro país, que aparece majoritária em todas as redes, seja de modo temporário ou definitivo. Entre os jovens da rede pública a indicação da vontade de morar em outro país definitivamente chega a 50,9% dos estudantes. Já entre os estudantes da rede pública de excelência e da rede particular, a maioria (cerca de 60%) apontou que gostaria de morar em outro país apenas temporariamente para estudo ou trabalho. Com relação as motivações para viver em outro país, cerca de 50% dos jovens das três redes de ensino disseram que migrariam em busca de oportunidades de trabalho. Essa aspiração, longe de ser apenas um ideal de aventura, aparece como estratégia concreta de ampliação das chances de vida em contextos mais favoráveis.

Por fim, quando perguntados sobre o que significa ser jovem no Brasil, prevalece o sentimento de insegurança e a percepção de que essa condição é mais difícil aqui do que em países desenvolvidos.

Assim, a análise mostra que, embora a juventude alimente projetos de futuro e desejo autonomia, a liberdade de escolha é vivida como experiência limitada, atravessada pelas desigualdades educacionais, econômicas e sociais que moldam os horizontes possíveis de realização.

Na análise da dimensão da generosidade, inspirada pelo Relatório Mundial da Felicidade, a pesquisa buscou compreender não apenas atos pontuais de doação, mas sobretudo a disposição dos jovens de contribuir para além dos próprios interesses, por meio da participação em atividades coletivas e associativas. Os dados revelam fortes desigualdades entre as redes de ensino: apenas 13,8% dos alunos da rede pública participam de atividades extracurriculares, contra 30,5% da rede pública de excelência e 46,6% da rede particular. A baixa inserção dos estudantes da rede pública limita a formação de capital social e enfraquece oportunidades de cooperação e engajamento comunitário, fatores que, segundo Putnam, estão diretamente associados ao bem-estar social.

Esses resultados dialogam com a noção de felicidade pública de Hannah Arendt, para quem a participação no espaço coletivo é condição para a experiência da liberdade. A ausência de engajamento, portanto, não indica apenas falta de interesse, mas expressa um déficit estrutural na construção de vínculos comunitários e democráticos. Entre os jovens que participam, destacam-se iniciativas mediadas pelas próprias escolas, como projetos sociais em instituições particulares e coletivos negros em escolas públicas de excelência. No entanto, esses exemplos são exceções.

Os obstáculos variam conforme o contexto: nas escolas particulares, a rotina integral e o foco no Enem reduzem o tempo para envolvimento em outras atividades; já entre os jovens da rede pública estadual, as barreiras são sobretudo materiais, como os longos deslocamentos, a sobrecarga de tarefas domésticas e a necessidade de trabalhar, somadas a experiências de estigmatização, como a discriminação enfrentada no transporte público. Esses fatores restringem drasticamente as condições de participação

Em síntese, a variável ‘generosidade’ evidencia que a maioria dos jovens permanece afastada da vida associativa, o que compromete a construção de capital social, empobrece a experiência democrática e limita a vivência da felicidade pública. Ainda que haja experiências pontuais de engajamento, elas permanecem restritas e invisibilizadas diante de um cenário mais amplo de desigualdades e obstáculos estruturais.

Na dimensão da ‘percepção sobre corrupção’, a pesquisa mostra que os jovens associam a política a distanciamento, ineficiência e interesses particulares. A maioria afirma que os políticos “não os representam”, percepção mais forte na rede pública (68,1%) e também presente na particular (56,1%) e na pública de excelência (49,3%). Comparando com 2004–2009, observa-se um deslocamento importante: se antes havia maior equilíbrio entre crítica e reconhecimento da função institucional, hoje predomina o descrédito, com queda expressiva da ideia de que os políticos são importantes para a democracia. Paralelamente, cresce a visão de que eles entram na vida pública apenas em busca de benefícios próprios, atingindo 74,6% na rede pública. A avaliação positiva é residual,

inferior a 3% em todos os grupos. Apesar disso, há um dado de ambivalência: quando perguntados sobre instituições como o Senado e a Câmara, a maioria dos jovens, inclusive mais do que no período anterior, reconhece nelas um potencial de contribuição para a sociedade. Essa postura indica que, embora mantenham forte desconfiança quanto aos representantes políticos, não rejeitam a legitimidade das instituições democráticas em si. Inspirada no conceito de cidadão crítico de Pippa Norris, essa combinação de apoio normativo à democracia com avaliação cética sobre sua prática sugere uma juventude desconfiada, mas também exigente, que diferencia entre princípios democráticos e o modo como estes têm sido aplicados na realidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de quase duas décadas de desenvolvimento (2004–2023), esta pesquisa percorreu um caminho empírico e conceitual voltado à compreensão de como jovens estudantes das redes pública e privada da cidade do Rio de Janeiro percebem e vivenciam as noções de cidadania, cultura cívica e, mais recentemente, felicidade pública. Acompanhando transformações institucionais, políticas e sociais, o estudo atravessou distintos contextos históricos marcados por promessas democráticas, retrocessos, avanços legais e crises coletivas, tendo como marcos significativos as eleições nacionais de 2018 e a pandemia de Covid-19 em 2020.

A escola, definida inicialmente como espaço de escuta e observação, revelou-se muito mais do que um *locus* metodológico. Tornou-se um território simbólico e concreto, no qual se expressam, de forma entrelaçada, desigualdades estruturais, vínculos afetivos, experiências de frustração e expectativas de futuro.

Durante esse período, a pesquisa consolidou uma base robusta de dados quantitativos e qualitativos, permitindo identificar tanto permanências quanto transformações nas percepções dos jovens sobre os temas centrais da investigação. No percurso teórico e empírico, os conceitos de cidadania, cultura cívica e juventude foram mobilizados como chaves analíticas para compreender de que modo os jovens se reconhecem como sujeitos de direitos e participantes da vida pública. A investigação teve início com foco nas categorias de cidadania e cultura cívica, entendidas, respectivamente, como a experiência concreta de acesso a direitos e como o conjunto de valores, atitudes e disposições que fundamentam o engajamento democrático. A noção de felicidade pública revelou-se uma categoria analítica potente, capaz de captar como os jovens, a partir de suas vivências escolares e sociais, constroem sentidos de justiça, pertencimento e expectativas de futuro, mostrando que a felicidade deve ser compreendida também como dimensão coletiva da vida social.

Dessa perspectiva, torna-se possível responder à questão que orienta esta pesquisa: juventude, escola e direitos: qual a relação com a felicidade pública? Weber nos alertou para o esvaziamento do ideal coletivo de felicidade. Durkheim, por sua vez, nos oferece ferramentas para reconstruí-lo por meio da coesão social e da educação. Arendt destaca que a felicidade política floresce na ação e no agir em conjunto, quando os indivíduos aparecem em público e participam da construção de um mundo comum. Em um tempo em que a felicidade é frequentemente apropriada por discursos meritocráticos e reduzida a indicadores de consumo ou status individual, é urgente recolocá-la no centro da reflexão sociológica, como experiência coletiva, ética e política.

Nesse esforço, a contribuição metodológica de Ruut Veenhoven é fundamental. Em *Conditions of Happiness* (1984), o autor define a felicidade como apreciação global da vida e sustenta que ela pode ser observada e medida a partir da autoavaliação dos sujeitos. Ao propor indicadores empíricos, Veenhoven legitima o estudo da felicidade no campo das ciências sociais, superando a concepção de que se trata apenas de objeto da psicologia ou da filosofia moral. Essa orientação encontra respaldo no relatório *Mismeasuring Our Lives*, de Stiglitz, Sen e Fitoussi, que critica a centralidade do PIB e propõe incluir o bem-estar percebido pelas pessoas como dimensão legítima na formulação de políticas públicas.

Seguindo essa trilha, a pesquisa Juventude, Cultura Cívica e Cidadania buscou ouvir diretamente os jovens. Nos grupos focais, quando perguntados se se consideravam felizes, revelaram que a felicidade é, antes de tudo, relacional: fundamenta-se nos vínculos afetivos, na família, nos amigos e nas redes de apoio, evidenciando que a experiência do bem-estar é indissociável da vida em comum.

Assim, ao articular a experiência concreta vivida no espaço escolar com o diálogo teórico e com os dados empíricos da pesquisa, reafirma-se a pertinência da felicidade pública como categoria sociológica. Ela permite compreender a juventude não apenas como receptora de políticas, mas como sujeito político capaz de interpretar criticamente a realidade e reivindicar transformações em direção a uma vida mais justa, inclusiva e feliz. Os resultados confirmam essa leitura: na dimensão do apoio social, os vínculos familiares e escolares permanecem como principais referências de confiança, ainda que marcados por ambivalências e seletividade; quanto à liberdade de escolha, os projetos de futuro revelam tensões entre aspirações e desigualdades estruturais; na generosidade, a baixa participação em atividades coletivas limita a formação de capital social e empobrece a experiência democrática; e, na percepção sobre a corrupção, a juventude expressa desconfiança em relação aos políticos, mas sem rejeitar a legitimidade das instituições democráticas, assumindo um perfil de cidadania crítica.

Dessa forma, a análise mostra que a felicidade, para os jovens, não pode ser reduzida a um estado íntimo ou individual, mas deve ser compreendida como experiência relacional, coletiva e política, enraizada no acesso a direitos, na confiança social e na vitalidade das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil; OEI; MEC, 2012. 83 p. ISBN 978-85-60379-09-5. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/conversando_sobre_violencia.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.
- ARENDDT, Hannah. **A ação e a busca da felicidade**. Organização e notas de Heloisa Starling; tradução de Virgínia Starling. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia: fabricando cidadãos felizes**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- DRIVER, Schawrtz Stephanie **A Declaração de Independência dos Estados Unidos**. tradução de Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. Tradução de André Telles. São Paulo: Vestígio, 2020.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 270 p
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JASMIN, Marcelo. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.
- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MCMAHON, Darrin M. **Felicidade: uma história**. Tradução de Fernanda Ravagnani. São Paulo: Editora Globo, 2007.
- NORRIS, Pippa. **The growth of critical citizens?** In: _____. (Org.). **Critical citizens: global support for democratic government**. New York: Oxford University Press, 1999. p. 1–27.
- NOVAES, Regina Célia Rangel; PORTO, Mauro (Org.); HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Juventude, cultura e cidadania**. Rio de Janeiro: ISER, 2002.
- _____. **Jovens como “sujeitos de direitos”?** In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luiza (Org.). **Direitos humanos no Brasil 2018**. São Paulo: Outras Expressões, 2018. v. 1, p. 1–264.
- _____. **Juventude e religião: sinais do tempo experimentado**. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 351–368, 2018. ISSN 1517-6088.
- PAIVA, Angela Maria Randolpho. **Juventude, Cultura Cívica e Cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- VEENHOVEN, Ruut. **Conditions of happiness**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1984.

VEENHOVEN, Ruut. *Happiness in nations: subjective appreciation of life in 56 nations, 1946–1992*. Rotterdam: RISBO, Erasmus University Rotterdam, 1993.

VEENHOVEN, Ruut. *Is happiness a trait? Social Indicators Research*, v. 32, n. 2, p. 101–160, jun. 1994. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01078732>. Acesso em: 18 de maio 2025.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O/a autor/a 1 declara não haver conflitos de interesse.

DECLARAÇÃO DE AVAL DA COMISSÃO DE ÉTICA

Essa pesquisa recebeu a aprovação da Comissão de ética da PUC-Rio

MINIBIOGRAFIAS DAS AUTORAS DO PAPER

Michelle Ferraz: Doutoranda em Ciências Sociais pelo programa PPGCIS – PUC Rio é professora da rede pública do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) desde março de 2009.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.